



**PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA POR LICITAÇÃO VERBAL PARA ALIENAÇÃO DE  
LUMINÁRIAS ANTIGAS A RETIRAR DOS POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

\*

**Caderno de Encargos**

**Cláusula 1ª**

**Entidade Contratante**

1. O presente procedimento é promovido pelo Município de Paredes de Coura, contribuinte fiscal número 506 632 938, com sede no Largo Visconde de Mozelos, Apartado 6, 4941-909, Paredes de Coura, representado pelo Presidente da Câmara Municipal.
2. A decisão de alienação subjacente ao presente procedimento foi tomada por despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de 12/05/2021, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 34º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, no uso da competência que lhe foi delegada pela Câmara Municipal, em reunião realizada em 17/10/2017, conjugado com o disposto nos artigos 266º - A e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

**Cláusula 2ª**

**Objeto da Hasta Pública e condição de acesso**

1. O presente procedimento tem por objeto a alienação, em hasta pública, por licitação verbal, de diversos tipos de luminárias antigas existentes nos postes de iluminação pública, atento o facto das mesmas irem ser objeto de substituição por luminárias de LED;
2. A alienação dos bens compreende o transporte, a pesagem e o tratamento dos resíduos (luminárias antigas e caixas de cartão das luminárias novas), nos termos do disposto no DL nº 178/2006, de 5 de Setembro, na sua redação em vigor.
3. O valor a receber pelo município será o resultante da multiplicação do peso das luminárias pelo preço por tonelada.
4. A pesagem deverá ser realizada pela entidade adjudicatária em balança devidamente certificada.
5. Após a realização da pesagem, a entidade adjudicatária entregará à entidade adjudicante o respetivo talão comprovativo do peso de cada carga, a fim de ser efetuado o cálculo referido no número 3 da presente cláusula.



### **Cláusula 3ª**

#### **Condições de Admissão**

1. Poderão ser concorrentes ao presente procedimento quaisquer entidades que não se encontrem abrangidas pelos circunstancialismos descritos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e que se encontrem devidamente licenciadas e com certificação para a gestão dos resíduos em causa no presente procedimento, devendo nomeadamente comprovar que possuem o código LER.
2. Para efeitos de comprovação das condições de admissão, as entidades interessadas deverão entregar os seguintes documentos até às **16 horas do dia 18 de Maio de 2021**, sob pena de não admissão:
  - a) Declaração emitida e assinadas conforme modelo designado por **Anexo I** junto ao presente documento;
  - b) Declaração de início de atividade para empresários em nome individual e certidão permanente válida para pessoas coletivas;
  - c) Certidão comprovativa de que não se encontra em dívida perante a Autoridade Tributária e Aduaneira;
  - d) Certidão comprovativa de que não se encontra em dívida perante a Segurança Social;
  - e) Certificado de Registo Criminal para empresários em nome individual;
  - f) Certificado de Registo Criminal das pessoas coletivas e de todos os seus órgãos sociais (gerência ou administração);
  - g) Fotocópia do cartão de cidadão do(s) representante(s) do(s) concorrente(s);
  - h) Documento comprovativo da certificação referida no nº 1 da presente cláusula;
  - i) Declaração prestada sob compromisso de honra, para a representação na hasta pública, conforme número 2 da cláusula 9ª.
3. Os documentos indicados nas diversas alíneas do número anterior devem ser colocados dentro de envelope opaco e fechado, dirigido ao Presidente da Comissão de Hasta Pública e endereçado ao Município de Paredes de Coura com sede no Largo Visconde de Mozelos, AP 6, 4941-909, Paredes de Coura, com a menção “Hasta Pública – Alienação de Luminárias”.
4. Os documentos poderão ser entregues pessoalmente nos serviços do Balcão Único do Município ou enviados por correio sob registo para a morada indicada no número anterior.
5. Os documentos apresentados serão listados e ordenados por ordem de chegada nos serviços do município;
6. A abertura dos envelopes será efetuada pela Comissão, à qual cabe verificar se os documentos apresentados estão conformes com o estabelecido na lei e no presente

documento, após o que delibera sobre a admissão ou exclusão dos concorrentes, elaborando uma listagem que será divulgada aos participantes na data do ato público.

7. Serão excluídos os concorrentes que não apresentem algum dos documentos referidos nas diversas alíneas do número 1 da presente cláusula.
8. Não é admitida a entrega de quaisquer documentos no dia da hasta pública.
9. A prestação de falsas declarações por parte dos concorrentes determina a sua exclusão, a rejeição da sua licitação ou a invalidade da arrematação e dos atos subsequentes.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Consulta do Processo**

O presente procedimento poderá ser consultado no site do município de Paredes de Coura, em <https://www.paredesdecoura.pt> ou nos serviços do Balcão Único do Município, sito no Largo Visconde de Mozelos, AP 6, 4941-909 – Paredes de Coura, todos os dias úteis, das 9:00h às 12.30h e das 13.30h às 17:00h, entre a data da publicação do anúncio do Diário da República e a data do ato público.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Dúvidas e esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente procedimento deverão ser solicitados por correio eletrónico para o endereço [juridico@paredesdecoura.pt](mailto:juridico@paredesdecoura.pt) até às 17h do dia anterior ao do ato público.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Valor base de licitação**

1. O valor base de licitação, para o tipo de material a alienar, é de 210€/tonelada (duzentos e dez euros), estimando-se que o peso total das luminárias ronde as 21 toneladas.
2. O valor da licitação proposto deve ser indicado por algarismos e por extenso.
3. Os valores indicados não incluem IVA, de harmonia com o disposto no número 13, do artigo 35º do CIVA – Código do IVA, consubstanciado no facto de ter entrado em vigor a Lei n.º 33/2006, de 28 de julho, em que se aplica a regra de inversão do sujeito passivo na liquidação do IVA em matéria de tributação de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis.
4. Os lanços serão no mínimo de 25,00€ (vinte e cinco euros).
5. O critério de arrematação é o do valor mais elevado.



#### **Cláusula 7ª**

##### **Verificação dos bens e esclarecimentos**

Os bens a alienar podem ser verificados até ao último dia para apresentação de propostas, de segunda a sexta-feira das 9:00 horas às 12:00 horas, e das 13:30 horas às 17:00 horas. Para tanto, os eventuais interessados, deverão previamente agendar a visita contactando o Balcão Único do Município ou através do telefone nº 251 780 100;

#### **Cláusula 8ª**


##### **Data e local da hasta pública**

A Hasta Pública realizar-se-á no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, sito no Largo Visconde de Mozelos, AP 6, 4941-909, Paredes de Coura, no dia **19/05/2021, pelas 15 horas.**

#### **Cláusula 9ª**

##### **Ato Público**

1. O ato público inicia-se com a leitura da lista de concorrentes admitidos, seguido da praça e será dirigido por uma Comissão composta por três elementos designados por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal
2. Só podem intervir no ato público os concorrentes admitidos, devidamente identificados ou os seus representantes munidos de procuração com poderes para o efeito e com reconhecimento de assinatura.
3. Se por motivo justificado não for possível ao município de Paredes de Coura levar a cabo o ato publico na data designada, todos os proponentes serão avisados e notificados da nova data e hora do ato público.
4. A Comissão que preside ao ato público pode, a qualquer momento, suspender o ato caso verifique a ocorrência de factos que possam falsear ou desvirtuar a seriedade e os motivos da hasta pública.
5. As licitações terminam quando o Presidente da Comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto, acrescentando a expressão “arrematado”.
6. Terminadas as licitações será elaborado um auto que será assinado por todos os membros da Comissão.
7. Só são admitidas reclamações ao ato no próprio ato público.
8. Não havendo licitações, considera-se o ato público deserto.



9. Caso a hasta pública tenha ficado deserta, pode ser efetuado um ajuste direto com convite a uma única entidade, com um valor de alienação, não inferior a 90% do valor base de licitação.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Adjudicação Provisória**

1. Terminada a licitação, a comissão adjudicará provisoriamente a quem tenha oferecido o valor mais elevado.
2. No final da praça, é elaborado o respetivo auto de arrematação, que deve ser assinado pelos membros da Comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente, ou por quem o represente.
3. No final do ato, o adjudicatário provisório deve efetuar o pagamento de 25% do valor da adjudicação a título de sinal, o qual será considerado princípio de pagamento, no caso de ser efetuada a adjudicação definitiva.
4. Depois de tomada a decisão de adjudicação definitiva, será a mesma notificada ao adquirente cuja proposta foi admitida.
5. Em caso de desistência ou não pagamento do sinal ou do valor remanescente, os bens objeto da hasta pública poderão ser adjudicados ao proponente que apresentou a proposta ou lance de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior ao vencedor.

#### **Cláusula 11ª**

##### **Não Adjudicação**

Não há lugar a adjudicação provisória se não tiverem sido apresentadas propostas válidas, nem licitação igual ou superior aos valores definidos e ainda quando existam indícios fundados de conluio entre os proponentes ou outra causa justificativa.

#### **Cláusula 12ª**

##### **Prazo de validade das propostas**

Todos os proponentes estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os preços resultantes das suas licitações, pelo prazo de noventa (120) dias, contados da data do dia da realização do ato público.

### **Cláusula 13ª**

#### **Levantamento das luminárias e pagamento do valor remanescente**

1. Após a adjudicação definitiva o adjudicatário será contactado, com a antecedência devida, pelos serviços da entidade adjudicante para proceder ao levantamento do material, devendo proceder, na data do levantamento, ao pagamento do valor remanescente em falta.
2. Na eventualidade do adjudicatário não levantar o material no prazo fixado e/ou não pagar o valor em falta, perde todos os valores entregues, podendo o município cancelar a adjudicação ao adjudicatário faltoso e adjudicar os bens ao proponente que apresentou a proposta ou lance de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior ao vencedor.

### **Cláusula 14ª**

#### **Legislação aplicável**

Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na aplicação/ interpretação do presente documento devem ser resolvidos com o recurso ao Código Dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável e em última instância por deliberação da Câmara alicerçada na legislação vigente aplicável.

Paredes de Coura, 12/05/2021

O Presidente da Câmara Municipal



## ANEXO I

### Modelo de declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos e condições do caderno de encargos do procedimento de “Hasta Pública para alienação de Luminárias”, publicitado através do anúncio de procedimento nº \_\_\_\_\_, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso a exclusão da proposta ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do disposto no artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do CCP, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 1 do artigo 55º do referido código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do disposto no artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer

procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar os documentos que constituem a proposta para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e nos nºs 2 e 3 do artigo 57º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º